



Planejamento Participativo: Uma Ferramenta De Transformação Social Sob A Ótica Das Relações Públicas¹

Vitória Martins de CARVALHO²
Marília Luiza Néspoli FERREIRA³
Letícia Souza MANZI⁴
Beatriz Emi SEINO⁵
Rebeka Nathalye MIQUELUTTI⁶
Laís Maria Fermino de SOUZA⁷
Melissa SABBADINI⁸
Maria Eugênia PORÉM⁹

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Unesp, Bauru, SP

RESUMO

Os conceitos de participação e planejamento são recorrentemente pesquisados e discutidos na área acadêmica por diferentes estudiosos. No entanto, este trabalho pretende desenvolvê-los aliados à ótica do planejamento participativo. A partir da contextualização teórica e levantamento bibliográfico, procura-se conciliar tais concepções às habilidades e competências do profissional de Relações Públicas.

PALAVRAS-CHAVE: cidadania; comunicação comunitária; participação; planejamento participativo; relações públicas.

Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar a relação do conceito de Planejamento Participativo com as práticas do profissional de relações públicas, dando enfoque na transformação social e na prática da cidadania.

¹ Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação no IJ 6 – Interfaces Comunicacionais do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado em Bauru/SP, de 3 à 5 de julho de 2013.

² Estudante do 5º semestre de graduação do curso de Comunicação Social: Relações Públicas da Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação (FAAC) – UNESP/Campus de Bauru. E-mail: vitoria.martins27@gmail.com

³ Estudante do 5º semestre de graduação do curso de Comunicação Social: Relações Públicas da Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação (FAAC) – UNESP/Campus de Bauru. E-mail: marilialnf@hotmail.com

⁴ Estudante do 5º semestre de graduação do curso de Comunicação Social: Relações Públicas da Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação (FAAC) – UNESP/Campus de Bauru. E-mail: le_sosso@hotmail.com

⁵ Estudante do 5º semestre de graduação do curso de Comunicação Social: Relações Públicas da Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação (FAAC) – UNESP/Campus de Bauru. E-mail: seino.bia@gmail.com

⁶ Estudante do 5º semestre de graduação do curso de Comunicação Social: Relações Públicas da Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação (FAAC) – UNESP/Campus de Bauru. E-mail: rebs13@hotmail.com

⁷ Estudante do 5º semestre de graduação do curso de Comunicação Social: Relações Públicas da Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação (FAAC) – UNESP/Campus de Bauru. E-mail: laismfs@msn.com

⁸ Estudante do 5º semestre de graduação do curso de Comunicação Social: Relações Públicas da Faculdade de Arquitetura Artes e Comunicação (FAAC) – UNESP/Campus de Bauru. E-mail: mel_sabbadini@hotmail.com

⁹ Orientadora do trabalho. Doutora em Educação e Mestre em comunicação pela UNESP. Professora do Curso de Comunicação Social: Relações Públicas na FAAC da UNESP. E-mail: meporem@faac.unesp.br



Tendo como base os conceitos de Planejamento e suas variações, este artigo é construído com ênfase na utilização do Planejamento Participativo e as transformações que esta vertente exerce nos âmbitos social e organizacional. Através de pesquisas bibliográficas, nota-se que o conceito de planejamento é intrínseco às relações públicas, à qual é imprescindível a participação coletiva dos grupos e públicos envolvidos.

Este trabalho se inicia com a definição do conceito de Planejamento e sua repercussão nas instituições, agregando credibilidade a partir de sua adoção pelo governo, ao lidar com questões políticas mais profundas e complexas que surgiram com o término da II Guerra Mundial.

Posteriormente, insere-se a argumentação de Rattner (1976), que afirma que o planejamento possui em todas as suas fases o caráter político, mas depois introduz que as decisões tomadas para este fim devem ser baseadas nos objetivos e demandas dos vários segmentos sociais, que possuem perspectivas diferentes, “que não tendem necessariamente a uma situação de equilíbrio consensual” (p. 23). Esta é uma das primeiras menções a um planejamento com o foco comunitário, que é utilizado por grupos, movimentos sociais que buscam uma mudança da realidade social e na construção da cidadania. Para Peruzzo (2007), cidadania, enquanto sinônimo de participação, está intimamente ligada à busca por mudanças que cada indivíduo quer para sua realidade social. Essas mudanças, por sua vez, requerem cooperação absoluta de cada um, onde a sua ação e expressão são concretos, pois a participação é a forma efetiva em que se manifesta o exercício do poder político. A utilização do Planejamento Participativo é o caminho para que essas mudanças ocorram, pois propõe a elaboração do consenso.

Dentro do planejamento, por sua vez, deve haver um processo comunicativo capaz de integrar todos os públicos de interesse. Esse artigo propõe que o Relações Públicas é um profissional que possui competências e habilidades para desenvolver esta atividade, pois em sua formação ele é preparado para lidar com públicos de perspectivas diferentes. Este profissional também é capaz de gerir a comunicação entre os grupos de modo fluente, mostrando-se diplomático ao considerar as limitações de cada ator envolvido, além de estimular as discussões objetivando o consenso.



Planejamento Estratégico: A Vertente Participativa Voltada Para A Transformação Social

Segundo Gandin (2008), após a Segunda Guerra Mundial, o planejamento passa a ser utilizado também pelo governo para a resolução de questões mais complicadas e profundas. A adesão do planejamento pelo governo teve uma repercussão tão grande que as outras instituições sentiram-se incentivadas e acreditaram no método, assim, passaram a se preocupar com a importância do planejamento, uma vez que ele visava a suprir as necessidades de um comércio em ascensão que exigia uma nova organização.

Lucio (2013) define planejamento como um processo contínuo e dinâmico que contempla um conjunto de meios, como ações intencionais, integradas, coordenadas e orientadas para tornar realidade um futuro desejado, de forma a possibilitar a tomada de decisões antecipadamente. Em outras palavras, é um exercício de ações sistemáticas da antecipação. Essas ações devem ser identificadas adequando-as à realidade situacional de modo a permitir que elas sejam executadas de forma apropriada e considerando aspectos como o prazo, custos, qualidade, segurança, desempenho e outras condicionantes.

Um planejamento bem realizado, segundo Lucio (2013), possibilita inúmeras vantagens à empresa, tais como, a disponibilidade de um controle apropriado, os produtos e serviços entregues conforme os requisitos exigidos pelo cliente, a melhor coordenação das interfaces do projeto, a visualização antecipada de resoluções de problemas e conflitos, além de propiciar um grau mais elevado de acerto nas tomadas de decisões.

[...] as técnicas de planejamento são semelhantes quanto ao objetivo, mas costumam diferir segundo as metas, que são profundamente influenciados por fatores político-sociais. Assim é fundamental não confundir planejamento com previsão, projeção, predição, resolução de problemas e planos. O planejamento pressupõe a necessidade de programar etapas, um processo decisório que ocorrerá antes, durante e depois de sua elaboração na empresa – é um processo contínuo e dinâmico que não diz respeito a decisões futuras, mas às implicações futuras de decisões presentes; o planejamento não é um ato isolado; o processo de planejamento é muito mais importante que seu produto final (ESCÓSSIA, 2010)¹⁰.

A influência político-social citada por Escócia aparece nas idéias de Rattner (1976) quando este argumenta que o planejamento possui em todas as suas fases o

¹⁰ Disponível em: <<http://www.carlosecossia.com/2010/02/carlos-escossia-de-forma-generica-o.html>>



caráter político, declarando que as decisões são feitas com base nos interesses e objetivos de diferentes grupos da população que não tendem necessariamente a uma situação de harmonia consensual. Os dois autores se referem ao planejamento com foco comunitário, ou seja, um tipo de planejamento utilizado por grupos, movimentos sociais que buscam uma mudança da realidade social.

No âmbito comunitário, depois de estabelecidos os objetivos prioritários do planejamento, passa-se à identificação implícita do consenso com eficiência e democracia, considerados valores supremos da nossa sociedade. Assim, após compreender o plano como um reflexo das relações sociais (e políticas) de produção e uma análise crítica do planejamento, entendido como técnica de mudança social dirigida, deve-se indagar sobre "quem planeja", "quais seus objetivos e meios" e "em função de quais grupos de interesse".

Em outras palavras, a visão sociológica crítica encara o planejamento como um processo político, em que a parcela de poder detida pelos respectivos grupos sociais será determinante para a definição dos problemas e a decisão sobre as soluções. Planejar sem investigar e diagnosticar as causas do subdesenvolvimento e da marginalização de vastos contingentes da população é "tapar o sol com a peneira" e tenderá inevitavelmente a agravar aqueles problemas sociais cuja solução é invocada como legitimação da intervenção sistemática e dirigida do poder público (RATTNER, 1976, p. 24).

Assim, destaca-se a importância de um planejamento consensual em que não haja apenas interesses tecnocratas, mas sim, a participação absoluta, no qual a sua ação e expressão são concretos, pois a participação é a forma efetiva em que se manifesta o exercício do poder político pelo seu titular, inerente e indispensável à democracia. Para Peruzzo (2007), a cidadania parte da participação do indivíduo, ao decidir, modificar e construir sua realidade, sob os direitos e deveres igualitários.

A participação através da mobilização de forças por um fim coletivo compõe a sociedade civil, na qual debates e movimentos organizados visam problematizar e levantar soluções para os problemas apontados individualmente. Segundo Habermas (1997), é na sociedade civil que os problemas sociais refletidos das esferas privadas são condensados e transportados para a esfera pública. É através da transposição da esfera privada para a esfera pública, que os atores sociais utilizam-se de maior poder organizacional, como os partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, organizações econômicas, entre outros.

Os movimentos organizados têm como objetivo a transformação social, na qual o grupo sobrepõe-se às condições de opressão e constrói uma nova dinâmica de relações



de poder e realidade social. Através da participação, os membros buscam expressar suas demandas, defender seus objetivos comuns - sejam eles sociais, políticos ou econômicos - e agir de maneira mais próxima aos poderes públicos. Vasconcelos (2003) defende que a participação, inserida no contexto de lutas de classes, permite o empoderamento dos indivíduos, ou seja, a ampliação da autonomia enquanto sujeito e membro de grupo. Para tal, é necessária a tomada de consciência pelos atores envolvidos, engajamento e posicionamento sobre a situação levantada e a participação contínua de todos nas decisões conjuntamente estabelecidas.

As deliberações conjuntas devem levar em conta que cada ator envolvido, mesmo apresentando posição similar ou antagônica, possui perspectivas diferentes e culturais estabelecidas, ou seja, o conhecimento originado pela vivência desse indivíduo, como cotidiano e costumes. Tal sapiência influi na forma que esses membros se relacionam entre si e “tomam parte” de sua realidade. O consenso acontece “quando os atores conseguem convergir em um dos planos discursivos em que normas são articuladas” (EISENBERG, 2001, p. 3). Para existir uma decisão consensual, é imprescindível a participação dos envolvidos, posicionamento sobre a questão, debate e confronto de opiniões, até que se chegue a uma deliberação coletiva.

O que se precisa entender é que participar é fazer política e esta depende das relações de poder percebidas. Que participar é uma prática social na qual os interlocutores detêm conhecimentos que, apesar de diferentes, devem ser integrados. Que o conhecimento não pertence somente a quem passou pelo processo de educação formal, ele é inerente a todo ser humano. Que se uma pessoa é capaz de pensar sua experiência, ela também é capaz de produzir conhecimento. Que participar é repensar o seu saber em confronto com outros saberes. Participar é fazer ‘com’ e não ‘para’ (TENÓRIO, 1990, p. 163).

Tenório (1990) demonstra a importância e necessidade da participação nas decisões, ressaltando que além do propósito, a participação é feita através da integração entre os membros. No entanto, a participação dos indivíduos deve ir além da discussão, traçando ações que vão ao encontro ao objetivo definido pelo grupo. Organizadas e estruturadas, essas ações compõem o planejamento, uma forma de definir as etapas para facilitar a conquista do objetivo.

Pode-se perceber, a partir de Escóssia (2010), que o planejamento tem muito a contribuir para os grupos sociais, tanto para a construção do próprio espaço para debate quanto para as tomadas de decisões. O planejamento permite a esses indivíduos criar um sistema que passa por todas as etapas: os processos de agrupamento, conscientização do



problema, posicionamento, debate, reivindicação e participação na esfera pública, de modo mais organizado e que os aproxima ainda mais do objetivo determinado coletivamente.

Planejamento Participativo: Instrumento De Comunicação E Cidadania

Representando um conceito geral, Laluna e Ferraz (2003, p. 773) alegam que “o planejamento é o cálculo que precede e preside a ação, possibilitando ao homem conduzir seu futuro e impor-se ao contexto por meio da razão”.

Já o Planejamento Estratégico Participativo (PEP) consiste em um processo de “construção de consenso”, auxiliando a comunidade em questão a se unir e traçar um plano com expectativas para um desenvolvimento desejável (ICA, 2012).

Entende-se que o planejamento participativo constitui um processo político, um contínuo propósito coletivo, uma deliberada e amplamente discutida construção do futuro da comunidade, na qual participe o maior número possível de membros de todas as categorias que a constituem. Significa, portanto, mais do que uma atividade técnica, um processo político vinculado à decisão da maioria, tomada pela maioria, em benefício da maioria (CORNELLY, 1973 p. 27).

O autor ainda expõe que o planejamento participativo não deve ser considerado apenas uma ação momentânea, em que

[...] os planejadores do Governo chamam o povo ou algumas de suas categorias para legitimar determinados projetos, para contestar determinadas decisões tomadas a nível técnico ou político ou para cooptar simplesmente com medidas já decididas fora do âmbito da comunidade. Não significa, igualmente, apenas chamar setores comunitários para a execução de tarefas decorrentes de planos elaborados sem a participação da comunidade (CORNELLY, 1973 p. 27).

Souto-Maior (1997) define este tipo de planejamento como uma metodologia que permite a uma organização pública - um governo municipal, por exemplo - ou privada, ou a uma comunidade desenvolver e implementar um conjunto de estratégias, decisões e ações de forma disciplinada e participativa, visando sua eficácia, efetividade e progresso. “O PEP é regido por princípios que exigem que suas estratégias devam ser viáveis do ponto de vista técnico-financeiro, aceitáveis politicamente, defensáveis moral e legalmente, além de ecologicamente responsáveis” (SOUTO-MAIOR, 1997, p. 6).

Revendando um panorama histórico, autores como William E. Smith (1980), Paulo R. Motta (1982), Paul Nutt (1987), Robert Backoff (1992), Souto-Maior & Gondim (1992), Miguel A. O. Castro (1988), Seno A. Cornely (1978) e Carlos Matus (1992)



não só participaram na construção do conceito deste método de planejamento, como também contribuíram significativamente através da realização de estudos sobre a compreensão da organização e seus ambientes, fatores que devem ser considerados na institucionalização do Planejamento Estratégico, e na diferenciação do Planejamento Participativo no setor público e no setor privado.

O caráter participativo do planejamento não está relacionado ao número de pessoas que estão presentes na formulação das ações, tão pouco na liberdade de dar sugestões (DE TONI, 2009). A participação dos indivíduos se dá em todas as categorias de planejamento. A participação não é característica exclusiva do Planejamento Participativo.

O diferencial do planejamento participativo, segundo Gandin (2001), é intervir na realidade, transcender funções apenas administrativas e trabalhar em favor da construção social. Desta forma, o processo visa muito além do alcance de resultados.

Autores como Oliveira, 1987; Castro, 1988; Bryson, 1988; Nutt & Backoff, 1987 (*apud* SOUTO-MAIOR, 1997) definem o processo do planejamento estratégico participativo como envolvendo quatro fases:

1. Definição da missão da organização
2. Análise dos ambientes externo e interno
3. Delineamento de Estratégias
4. Execução, acompanhamento, controle e avaliação.

Souto-Maior (1997) explana que essas etapas são típicas e comuns a outros tipos de planejamento, embora sua sequência e grau de desenvolvimento variem de abordagem. O processo, na verdade, se beneficia do processo de retroalimentação contínua entre todas as etapas (“*feedback loops*”).

A visão de participação dentro do planejamento participativo é diferenciada e salienta um aspecto crítico:

[...] participação não é simplesmente aquela presença, aquele compromisso de fazer alguma coisa, aquela colaboração, aquele vestir a camisa da empresa nem, mesmo, a possibilidade de decidir alguns pontos esparsos e de menor importância; participação é aquela possibilidade de todos usufruírem dos bens, os naturais e os produzidos pela ação humana (GANDIN, 2001, p. 88).

Portanto, segundo o autor, o Planejamento Participativo acredita que em nossa sociedade não há participação real devido a uma organização estrutural injusta dentro das sociedades. Essa perspectiva de participação foi determinante para que o



Planejamento Participativo conferisse aos indivíduos maior possibilidade de decisão além de distribuição de poder. A criação do planejamento participativo diz muito sobre este aspecto: “Ele foi desenvolvido para instituições, grupos e movimentos que não têm como primeira tarefa ou missão aumentar o lucro, competir e sobreviver, mas contribuir para a construção da realidade social.” (GANDIN, 2001, p 82).

Ainda sobre participação, Gandin (2001) argumenta que existem três níveis diferenciados: colaboração, nível de decisão e construção em conjunto. Apenas neste terceiro nível, em que o poder está fundamentado sobre a igualdade das pessoas, pode-se construir um processo de planejamento onde

[...] todos, com o seu saber próprio, com sua consciência, com sua adesão específica, organizam seus problemas, suas idéias, seus ideais, seu conhecimento da realidade, suas propostas e suas ações. Todos crescem juntos, transformam a realidade, criam o novo, em proveito de todos e com o trabalho coordenado (GANDIN, 2001, p. 90).

Em suma, o planejamento participativo é engajado e comprometido com a transformação social. A visão estratégica do planejamento participativo

[...] avança para questões mais amplas e complexas, como a de ver como se contribui para interferir na realidade social, para transformá-la e para construí-la numa direção estabelecida em conjunto, num pé de igualdade fundamental, mas com a contribuição própria de cada um, por todos os que participam da instituição, grupo ou movimento ou, mesmo, de uma cidade, de um estado e de uma nação (GANDIN, 2001, p. 91).

No cenário participativo em curso na sociedade civil, segundo Peruzzo (2007), ao passo que as pessoas se integram no debate das demandas do grupo em que estão inseridas ou na reivindicação de interesses sociais mais abrangentes, são envolvidas em um processo de construção da cidadania. Logo, a formação para cidadania é imprescindível no contexto de planejamento participativo, uma vez que o cidadão se torna capaz de inferir e modificar sua realidade social.

Está aí o âmago da questão da educação para a cidadania nos movimentos sociais: na inserção das pessoas num processo de comunicação, onde ela pode tornar-se sujeito do seu processo de conhecimento, onde ela pode educar-se através de seu engajamento em atividades concretas no seio de novas relações de sociabilidade que tal ambiente permite que sejam construídas (PERUZZO, 2002, p. 660).

Em essência, cidadania para Peruzzo (2007) fundamenta-se em concepções de sociedade, além de variar conceitualmente. A autora defende que a cidadania é histórica



e processual, seu grau de direitos alcançados e ampliados condiz com a capacidade de articulação entre sociedade civil e âmbito político. Em outro aspecto, Kunsch (2007, p. 63) define que “cidadania refere-se aos direitos e às obrigações entre o Estado e o cidadão”. Ademais, Mata (2006) aborda o conceito de Cidadania Comunicativa, como o reconhecimento da capacidade do cidadão em ser sujeito de direitos e obrigações no campo da Comunicação Pública.

Matos (2011, p. 45) ressalta que a “comunicação pública deve incluir, necessariamente, (todos), os atores sociais que integram a esfera pública para debater e formular propostas de ações ou de políticas que beneficiem (toda) sociedade”. É através da comunicação pública, que o planejamento participativo transcende a esfera privada, atingindo assim a esfera pública. Com a garantia do acesso popular a esse espaço, o indivíduo pode participar diretamente do debate e formulação de políticas sob as demandas de seu grupo e da sociedade. Nesse aspecto, a participação popular e a interação entre os membros do movimento, em última instância, permite ampliar as práticas participativas e legitimar a luta dos grupos marginalizados.

Acredita-se que o profissional de Relações Públicas, no contexto participativo, por sua formação humanística em definir e entender variados públicos, é capaz de mobilizar os diversos atores envolvidos em defesa do interesse coletivo, além de possibilitar a ampliação do espaço para debate público.

As Competências Do Profissional De Relações Públicas No Cenário Participativo

O processo comunicativo presente em uma organização deve ser encarado como sistêmico, visto que precisa ser capaz de integrar todos os públicos de interesse (*stakeholders*) de maneira completa. Escudero (1999) afirma que se a comunicação social não possui troca entre emissores e receptores, sendo acessível às partes envolvidas no processo, não há nela seu valor social, pois a comunicação não pode restringir-se a um só pólo, devendo haver o intercâmbio de informações e crescimento mútuo.

O Relações Públicas é o profissional capacitado em desenvolver esta atividade. Saber não só ouvir públicos com perspectivas diferentes, mas gerir a comunicação entre eles de modo fluente, mostrar-se diplomático para manter o controle se a situação apresentar outras vertentes, considerar as limitações impostas por cada grupo, estimular



as discussões, criar consenso e participar como gestor que saiba ser neutro e lidar com controvérsias e as necessidades.

A lista de atribuições de um Relações Públicas, na verdade, é extensa, e ele deve ter competências profissionais, sociais e intelectuais para desenvolver atividades de criação, produção, distribuição, recepção e análise crítica das mídias e de suas inserções culturais, políticas e econômicas. Precisa, da mesma forma, conhecer as demandas sociais e ser capaz de se adequar à complexidade e à velocidade do mundo atual. Necessita, ainda, ter uma visão integradora e genérica, especialização em seu campo de trabalho e habilidade de saber utilizar criticamente o instrumental teórico e prático da sua área (PACHECO, 2010)¹¹.

A interdisciplinaridade das relações públicas pode ser observada quando inserida no campo participativo e popular. Outras áreas da comunicação, como o jornalismo e a propaganda, aprimoram a efetividade das ações de planejamento, fazendo parte de suas estratégias. É difícil separar comunicação de outras atividades, como a do serviço social, da sociologia, da política. Elas se constituem de forma complementar e existem de maneira atrelada umas as outras, tendo que serem vistas não individualmente ou fragmentada, mas como um todo. É essencial para o profissional de relações públicas saber mensurar, avaliar e monitorar os resultados de determinada situação-problema para que se possa obter maior consistência do seu planejamento elaborado.

Se os participantes não tiverem mecanismos de responsabilização pelos resultados esperados do planejamento, não há participação, no máximo o que ocorre é uma “encenação participativa”, um engodo. Se não como cobrar e prestar contas, a própria necessidade do planejamento – como método de governo – se desvanece e torna-se desnecessária (DE TONI, 2009, p.20).

A participação dos atuantes deve ser colaborativa e não apenas expositiva. Um problema em muitos casos deve ser analisado e planejado de modo que considere opiniões de vários grupos, não somente de indivíduos selecionados. A partir disso, as relações públicas aumentam o raio de atuação para o planejamento participativo.

A palavra planejamento é intrínseca às relações públicas, a profissão atrela todas as suas atividades no ato de planejar. O planejamento do Relações Públicas era diretamente ligado ao âmbito organizacional, empresarial e de classes dominantes. Porém, com a dinamização da sociedade e a necessidade de maior compreensão de seus atores sociais e o meio que estes se relacionam, as relações públicas permitiram-se mudar. Peruzzo define essa fase antes inexplorada pela profissão:

¹¹ Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/o-papel-do-relacoes-publicas-na-organizacao/39016>>



Falar de relações públicas populares, ou comunitárias, significa falar de "novas" relações públicas. "Novas" no sentido de estarem comprometidas com a realidade concreta e com as necessidades e interesses majoritários da população sofrida, impossibilitada de usufruir dos direitos plenos de cidadania (PERUZZO 1993, p.02).

Peruzzo (1993) afirma que as relações públicas populares e atuantes no planejamento participativo são comprometidas com a transformação da sociedade e com a constituição da igualdade social. A atividade, como o próprio nome diz, requer participação coletiva dos grupos que se pretende ajudar em determinada problemática, seja numa escola pública estadual, ou com moradores de uma associação de bairro. Todas as idéias devem ser consideradas e respeitadas. Os indivíduos passam a ser mais engajados e ativos ao participarem do processo de discussão e das tomadas de decisão.

No planejamento participativo, o Relações Públicas não apenas analisa a situação apenas como observador, mas também insere-se no contexto, sendo peça-chave para a moderação do grupo. A moderação nada mais é do que a tarefa do profissional em facilitar e guiar as diretrizes de determinada dinâmica de discussão para que todos os envolvidos na temática estejam situados no assunto.

Assim, a presença do profissional é importante para que o grupo possa se sentir seguro de que suas idéias e opiniões estão sendo devidamente conduzidas a uma relevância significativa e realmente participativa. As forças do profissional e dos atores envolvidos se juntam para dar consistência à situação-problema analisada. “No trabalho de Relações Públicas comunitárias, a função do profissional é colaborar para que as organizações possam chegar a atitudes e opiniões comuns, que permitam a ação conjunta em benefícios de todos” (ANDRADE, 1975, p. 101).

Independentemente da realidade vivida, o Relações Públicas deve se preocupar com o público como cidadãos, que também estão inseridos nas atividades comunicacionais. Atividades que incluem o diálogo e a troca de informações dentro do espaço social do indivíduo, como também a capacidade de elaborar argumentos e estratégias para defender seu ponto de vista. Trabalhar em conjunto com a comunidade, objetivar o alcance de melhores resultados e gerar consenso, são consequências do trabalho ideal das relações públicas no planejamento participativo.



Considerações Finais

Gandin (2007) acredita que estamos inseridos em uma organização estrutural injusta dentro da sociedade. Para modificar essa premissa, é imprescindível que o indivíduo passe pelo processo de formação de cidadania, assim tornando-se capaz de participar de questões da esfera pública, interagindo entre os membros do movimento popular que permitirá ampliar as práticas participativas e legitimar a luta dos grupos marginalizados. O Planejamento Participativo é ideal para conduzir essa luta de maneira organizada, eficiente e igualitária.

Munido de capacidades voltadas para mobilização de diversos públicos, o Relações Públicas é um profissional adequado para atuar a partir do Planejamento Participativo e distribuir igualmente as competências de cada um. Neste cenário, o Relações Públicas torna-se importante para moderar as opiniões divergentes e direcioná-las para o objetivo do Planejamento Participativo, a transformação social.

Segundo Andrade (2003 apud Silva 2010) as relações públicas favorecem essa busca pela cidadania, ao ponto de que funcionam como fator interativo entre os públicos. Com isso possui papel facilitador, mediando o processo comunicativo, levando a tomada de consciência social.

[...] a função da atividade no trabalho com grupos sociais seria formar uma opinião pública, sendo esta considerada como um consenso entre as várias opiniões individuais, priorizando a liberdade de expressão de cada um dos indivíduos. Essa é uma mostra da função política das Relações Públicas, atuando na difusão de informação imparcial e na mediação dos debates entre os grupos em busca da harmonia e do consenso (SILVA, 2010 p.07).

A Comunicação Pública possibilita que o Planejamento Participativo não restrinja sua atuação apenas à esfera privada, mas também se estenda até a esfera pública. Segundo Peruzzo (2002), a participação do indivíduo na comunicação é uma ferramenta expansora da cidadania, tornando-o assim agente ativo na comunidade. Portanto, ao passo que o indivíduo possa atuar e participar diretamente dos debates políticos referentes às demandas do grupo em que está inserido, o acesso popular à esfera pública estará consagrado.



REFERÊNCIAS

- 1 - ANDRADE, C. T. S. **Psicossociologia das relações públicas**. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 101. Disponível em: <<http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/comunidade terceirosetor/0015.htm>>. Acesso em: 12.05.2013.
- 2 - BORDENAVE, J. E. D. **Educar para uma sociedade participativa**. *Revista de Educação da AEC-Br*, Brasília, v.15, n. 60, abr./jul. 1986.
- 3 - CORNELLY, S. A. **A utilização de alguns instrumentos de D. C. na implantação de planos locais integrados**. Tese apresentada ao III Seminário Estadual de Política de Desenvolvimento Urbano. Porto Alegre, 1973.
- 4 - DE TONI, J. **Planejamento Participativo: Possibilidades Metodológicas Alternativas**, 2009. Disponível em: <<http://www.consad.org.br/sites/1500/1504/00001299.pdf>>. Acesso em: 12.05.2013
- 5 - EISENBERG, J. **Justificação, Aplicação e Consenso: Notas sobre Democracia e Deliberação**. Dados, Rio de Janeiro, vol. 44, n. 1, 2001. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582001000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 11.05.2013.
- 6 - ESCÓSSIA, C. **“O que é Planejamento?”**, 2010. Disponível em: <<http://www.carloscossia.com/2010/02/carlos-escossia-de-forma-generica-o.html>>. Acesso em: 07.05.2013.
- 7 - ESCUDERO, R. **As Relações Públicas frente ao desenvolvimento comunitário**. São Bernardo do Campo: Comunicação e Sociedade, n. 32, p. 87-112, segundo semestre, 1999. Disponível em: <<http://www.sinproprp.org.br/clipping/2004/318.htm>>. Acesso em: 12.05.2013
- 8 - FONTES, M. **Marketing social revisitado: Novos paradigmas do mercado social**. Editora Cidade Futura, Florianópolis, 2001, p. 241. apud GUIMARÃES, C. Comunicação estratégica para a mudança social no contexto da implementação de políticas públicas, p.29. 2002.
- 9 - GALVÃO, E. **Educação pelo Esporte: Planejamento Participativo no projeto Santo Amaro**, 2002. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/anais/educacao/educacaopeloporte.pdf>. Acesso em: 13/05/2013.
- 10 - GANDIN, D. **A Posição do Planejamento Participativo entre as Ferramentas de Intervenção na Realidade**, 2001. Disponível em: <<http://www.unifra.br/professores/carin/ARTIGO%20DO%20DANILO%20GANDIN.pdf>>. Acesso em: 12.05.2013.
- 11 - GANDIN, D. **O planejamento como ferramenta de transformação da prática educativa**, 2008. Disponível em:



<[www.maxima.art.br/arq_palestras/planejamento_como_ferramenta_\(completo\).doc](http://www.maxima.art.br/arq_palestras/planejamento_como_ferramenta_(completo).doc)>. Acesso em: 03.05.2013.

12 - HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Vol II. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, 354 p.

13 - ICA – *Institute for Cultural Affairs*. **Participatory Strategic Planning**, 2012. Disponível em: <<http://participationcompass.org/article/show/150>>. Acesso em: 13.05.2013.

14 - KUNSCH, M. **Planejamento e gestão estratégica de relações públicas nas organizações contemporâneas**. UNIrevista - Vol. 1, nº 3 julho, 2006. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Kunsch.PDF>. Acesso em: 12.05.2013

15 - KUNSCH, Margarida; KUNSCH, Waldemar. **Relações Públicas Comunitárias: A Comunicação em uma Perspectiva Dialógica e Transformadora**. São Paulo: Summus, 2007.

16 - LALUNA, M.C. FERRAZ, CA. **Compreensão das bases teóricas do planejamento participativo no currículo integrado de um curso de enfermagem**. *Rev Latino-am Enfermagem*. V. 11, n.6, p.771-7, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v11n6/v11n6a11.pdf>>. Acesso em: 12.05.2013

17 - LUCIO, N. **Fundamentos do Planejamento Estratégico**, 2013. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/fundamentos-do-planejamento-estrategico/68937/>>. Acesso em: 07.05.2013

18 - MATA, C. **Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación**. In: Revista Fronteiras, v. 8, n. 1, Jan./abril, 2006.

19 - MATOS, H. **A comunicação pública na perspectiva da teoria do reconhecimento**. In: KUNSCH, M. M. K. (org.). *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011. Série Pensamento e Prática, v.4.

20 - MENEGOLLA, M. SANT'ANNA, I. M. **Por que planejar? Como planejar?**, 10ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

21 - PACHECO, M. **O papel do Relações Públicas nas Organizações**, 2010. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/o-papel-do-relacoes-publicas-na-organizacao/39016>>. Acesso em: 12.05.2013

22 - PERUZZO, C. **Comunicação comunitária e educação para a cidadania**. *Revista do Pensamento Comunicacional Latino-Americano - PCLA*. São Bernardo do Campo: Cátedra UNESCO de Comunicação da UMESP/ALAIC, vl. 4, n. 1, out./nov./dez, 2002. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>>. Acesso em: 13.05.2013



23 - PERUZZO, C. **Rádio comunitária, educomunicação e desenvolvimento social**. In: PAIVA, R. (org). O retorno da comunidade: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2007, p.69-94. Disponível em: <http://www.ciciliaperuzzo.pro.br/artigos/radio_comunitaria_educomunicacao_e_desenvolvimento_local.pdf>. Acesso em: 13.05.2013.

24 - PERUZZO, C. M. K. **Comunicação para a cidadania ativa**. In: KUNSCH, M. M. K.; KUNSCH, W. L.(orgs.). Relações Públicas comunitárias: comunicação em uma perspectiva dialógica e transformadora. São Paulo: Summus, 2007.

25 - PERUZZO, C. **Relações públicas, movimentos populares e transformação social**. Intercom - *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 16, n. 2, 1993. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-relacoes-publicas.pdf>>. Acesso em: 12.05.2013.

26 - RATTNER, H. **Indicadores Sociais e Planificação do Desenvolvimento**. *Revista Brasileira de Planejamento do Instituto Brasileiro de Planejamento*, maio-junho 1977, páginas 25-31.

27 - SOUTO-MAIOR, J. **Planejamento estratégico participativo (PEP):** uma abordagem para os municípios. CEPAGRO. Animação de processos de desenvolvimento local. Florianópolis, 1997.

28 - TENÓRIO, F. G. **O mito da participação**. In: *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro: EBAP/FGV, v. 24, n. 3, p. 162-164, maio/jul./1990.

29 - VASCONCELOS, E. M. **O Poder que Brota da Dor e da Opressão:** empowerment, sua história, teorias e estratégias. São Paulo: Paulus, 2003.